

MERCOSUR/PM/SO/REC.

**RECOMENDAÇÃO SOBRE A INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL,
DA CULTURA DE PREVENÇÃO E DA GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES
NOS CURRÍCULOS ESCOLARES DA REGIÃO**

VISTO:

O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto e o Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL, que estabelecem, entre outros princípios, a promoção do desenvolvimento sustentável com justiça social, a solidariedade e a cooperação regional, o respeito à diversidade territorial e cultural dos povos do MERCOSUL, a transparência, a participação cidadã, a integração latino-americana, o fortalecimento da cooperação com os demais órgãos do MERCOSUL e com os espaços regionais de representação cidadã;

O Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015–2030 (UNDRR);

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, em especial os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4, 13 e 16;

O Acordo de Paris sobre o Clima (2015);

As diretrizes da Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Gestão Integral de Riscos (RMAGIR).

CONSIDERANDO:

Que as mudanças climáticas têm intensificado a frequência e severidade de desastres naturais, como secas, enchentes, deslizamentos e ondas de calor, afetando desproporcionalmente comunidades vulneráveis, especialmente crianças, adolescentes, mulheres, povos indígenas e populações de baixa renda;



Que, entre 1991 e 2020, o Brasil registrou mais de 32 mil desastres naturais, resultando em aproximadamente 96 mil mortes e afetando cerca de 100 milhões de pessoas, conforme dados do Atlas Digital de Desastres no Brasil, coordenado pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional;

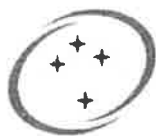
Que o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN) monitora atualmente áreas de risco em 1.133 municípios brasileiros, abrangendo aproximadamente 2.500 escolas sujeitas a riscos hidrológicos e/ou geológicos, nas quais vivem mais de três milhões de pessoas;

Que, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), cerca de um bilhão de crianças em todo o mundo estão em situação de risco extremamente alto devido aos efeitos do clima e desastres relacionados, enfrentando ameaças como interrupção da escolarização, desnutrição e falta de acesso à saúde e proteção;

Que o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015–2030, adotado pelos Estados Parte do MERCOSUL, estabelece como prioridade a integração da educação em políticas de prevenção, mitigação e reconstrução, reconhecendo seu papel fundamental na construção de sociedades resilientes e sustentáveis;

Que o Marco de Sendai enfatiza a importância de:

- Compreender o risco de desastres, promovendo a inclusão da educação sobre riscos, cultura de prevenção e promoção da resiliência nos sistemas formais e informais de ensino;
- Fortalecer a governança do risco de desastres, incentivando a elaboração de políticas públicas integradas entre os setores de educação, proteção social e meio ambiente;
- Investir na redução do risco de desastres para a resiliência,



destacando a necessidade de capacitação docente e desenvolvimento de materiais educativos específicos;

- Aumentar a preparação para casos de desastre, através de programas educacionais, campanhas de conscientização pública e simulações que fortaleçam a preparação e resposta a desastres em nível comunitário.

Que, portanto, a educação ambiental crítica, integrada e territorializada constitui ferramenta essencial para fortalecer o pacto democrático, o desenvolvimento sustentável e a coesão social no espaço do MERCOSUL.

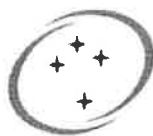
O PARLAMENTO DO MERCOSUL

RECOMENDA AO CMC:

Art. 1º. Que os Estados Partes promovam, por meio de suas políticas públicas educacionais, a integração sistemática, obrigatória e transversal dos conteúdos de educação ambiental, mudanças climáticas, gestão de riscos de desastres e cultura de prevenção nos currículos da educação básica e média.

Art. 2º. Que essa integração curricular tenha por finalidade a formação de cidadãos e cidadãos conscientes, críticos e solidários, capazes de atuar de forma preventiva diante de ameaças ambientais e de promover uma cultura de resiliência comunitária desde a infância, em consonância com a Agenda 2030 e o Marco de Sendai.

Art. 3º. Que os sistemas educacionais dos Estados Partes implementem programas permanentes de formação inicial e continuada de docentes, gestores e equipes pedagógicas, voltados à educação climática, à gestão de riscos e à preparação para emergências ambientais, assegurando financiamento público adequado e acessível.



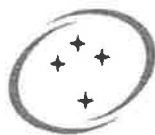
Art. 4º. Que os Estados Partes incentivem a criação e adoção de protocolos escolares de prevenção, preparação e resposta a desastres, articulados com os sistemas nacionais e regionais de defesa civil, com participação ativa das comunidades escolares.

Art. 5º. Que sejam promovidas estratégias regionais de cooperação técnica, intercâmbio de experiências, produção de materiais didáticos multilíngues e campanhas educativas de sensibilização, priorizando a inclusão das populações em maior situação de vulnerabilidade social, ambiental e climática.

Art. 6º. Que o Conselho do Mercado Comum encaminhe a presente Recomendação, para estudo e deliberação técnica, aos Subgrupos de Trabalho nº 2 (Assuntos Institucionais) e nº 6 (Meio Ambiente), bem como à Reunião de Ministros da Educação (RME), a fim de que elaborem as propostas correspondentes para sua implementação coordenada nos sistemas educacionais dos Estados Partes.

Art. 7º. Que o Conselho do Mercado Comum informe ao Parlamento do MERCOSUL sobre os avanços na implementação da presente Recomendação, no marco dos informes anuais, assegurando o acompanhamento democrático e a participação cidadã no processo de integração regional.

Heitor Schuch
Presidente da Comissão Especial de Emergência
Ambiental e Sanitária



MERCOSUR/PM/SO/REC.

RECOMENDACIÓN SOBRE LA INTEGRACIÓN DE LA EDUCACIÓN AMBIENTAL, LA CULTURA DE LA PREVENCIÓN Y LA GESTIÓN DEL RIESGO DE DESASTRES EN LOS CURRÍCULOS ESCOLARES DE LA REGIÓN

VISTO:

El Tratado de Asunción, el Protocolo de Ouro Preto y el Protocolo Constitutivo del Parlamento del MERCOSUR, que establecen, entre otros principios, la promoción del desarrollo sostenible con justicia social, la solidaridad y la cooperación regional, el respeto a la diversidad territorial y cultural de los pueblos del MERCOSUR, la transparencia, la participación ciudadana, la integración latinoamericana, y el fortalecimiento de la cooperación con los demás órganos del MERCOSUR y con los espacios regionales de representación ciudadana;

El Marco de Sendai para la Reducción del Riesgo de Desastres 2015–2030 (UNDRR);

La Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible, en particular los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) 4, 13 y 16;

El Acuerdo de París sobre el Clima (2015);

Las directrices de la Reunión de Ministros y Altas Autoridades de Gestión Integral de Riesgos (RMAGIR).

CONSIDERANDO:

Que el cambio climático ha intensificado la frecuencia y severidad de los desastres naturales, tales como sequías, inundaciones, deslizamientos de tierra y olas de calor, afectando de forma desproporcionada a comunidades



vulnerables, especialmente a niñas, niños y adolescentes, mujeres, pueblos indígenas y poblaciones de bajos ingresos;

Que entre 1991 y 2020, Brasil registró más de 32 mil desastres naturales, con aproximadamente 96 mil muertes y un total estimado de 100 millones de personas afectadas, según datos del Atlas Digital de Desastres en Brasil, coordinado por el Ministerio de Integración y Desarrollo Regional;

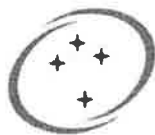
Que el Centro Nacional de Monitoreo y Alertas de Desastres Naturales (CEMADEN) actualmente monitorea áreas de riesgo en 1.133 municipios brasileños, que comprenden alrededor de 2.500 escuelas sujetas a riesgos hidrológicos y/o geológicos, donde viven más de tres millones de personas;

Que, según la Organización de las Naciones Unidas (ONU), cerca de mil millones de niñas y niños en todo el mundo se encuentran en situación de riesgo extremadamente alto debido a los efectos del clima y los desastres relacionados, enfrentando amenazas como la interrupción de la escolarización, la desnutrición y la falta de acceso a salud y protección;

Que el Marco de Sendai para la Reducción del Riesgo de Desastres 2015–2030, adoptado por los Estados Parte del MERCOSUR, establece como prioridad la integración de la educación en las políticas de prevención, mitigación y reconstrucción, reconociendo su papel fundamental en la construcción de sociedades resilientes y sostenibles;

Que el Marco de Sendai enfatiza la importancia de:

- Comprender el riesgo de desastres, promoviendo la inclusión de la educación sobre riesgos, cultura de prevención y promoción de la resiliencia en los sistemas formales e informales de enseñanza;
- Fortalecer la gobernanza del riesgo de desastres, fomentando la elaboración de políticas públicas integradas entre los sectores de educación, protección social y medio ambiente;



- Invertir en la reducción del riesgo de desastres para la resiliencia, destacando la necesidad de formación docente y el desarrollo de materiales educativos específicos;
- Aumentar la preparación ante desastres, mediante programas educativos, campañas de concientización pública y simulacros que fortalezcan la preparación y la respuesta comunitaria ante emergencias.

Que, por tanto, la educación ambiental crítica, integrada y territorializada constituye una herramienta esencial para fortalecer el pacto democrático, el desarrollo sostenible y la cohesión social en el ámbito del MERCOSUR.

EL PARLAMENTO DEL MERCOSUR

RECOMIENDA AL CMC:

Art. 1°. Que los Estados Parte promuevan, mediante sus políticas públicas educativas, la integración sistemática, obligatoria y transversal de los contenidos de educación ambiental, cambio climático, gestión del riesgo de desastres y cultura de la prevención en los planes de estudio de la educación básica y media.

Art. 2°. Que dicha integración curricular tenga por finalidad la formación de ciudadanas y ciudadanos conscientes, críticos y solidarios, capaces de actuar de manera preventiva frente a amenazas ambientales y de promover una cultura de resiliencia comunitaria desde la infancia, en consonancia con la Agenda 2030 y el Marco de Sendai.

Art. 3°. Que los sistemas educativos de los Estados Parte implementen programas permanentes de formación inicial y continua de docentes, directivos y equipos pedagógicos, orientados a la educación climática, la gestión del riesgo y la preparación para emergencias ambientales, garantizando financiamiento público adecuado y accesible.



Art. 4°. Que los Estados Parte incentiven la creación y adopción de protocolos escolares de prevención, preparación y respuesta a desastres, articulados con los sistemas nacionales y regionales de defensa civil, con la participación activa de las comunidades escolares.

Art. 5°. Que se promuevan estrategias regionales de cooperación técnica, intercambio de experiencias, elaboración de materiales didácticos multilingües y campañas educativas de sensibilización, priorizando la inclusión de las poblaciones en mayor situación de vulnerabilidad social, ambiental y climática.

Art. 6°. Que el Consejo del Mercado Común remita la presente Recomendación, para su estudio y deliberación técnica, a los Subgrupos de Trabajo N° 2 (Asuntos Institucionales) y N° 6 (Medio Ambiente), así como a la Reunión de ministros de Educación (RME), a fin de que elaboren las propuestas correspondientes para su implementación coordinada en los sistemas educativos de los Estados Parte.

Art. 7°. Que el Consejo del Mercado Común informe al Parlamento del MERCOSUR sobre los avances en la implementación de la presente Recomendación, en el marco de los informes anuales, asegurando el seguimiento democrático y la participación ciudadana en el proceso de integración regional.

Heitor Schuch
Presidente de la Comisión Especial de Emergencia
Ambiental y Sanitaria